

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLS

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

Relatório de sustentabilidade referente ao Plano de Logística Sustentável (PLS), constando o desempenho anual de 2016, a estratégia e a gestão.

Sumário

I. INTRODUÇÃO.....	2
II. METODOLOGIA.....	4
III. ANÁLISE PARCIAL DOS RESULTADOS DOS INDICADORES PREVISTOS NO PLS	5
A. COPOS DESCARTÁVEIS:	5
B. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGENS PLÁSTICAS	5
C. IMPRESSÃO.....	6
D. PAPEL.....	7
E. TELEFONIA.....	7
F. ENERGIA ELÉTRICA	9
G. ÁGUA E ESGOTO.....	10
H. GESTÃO DE RESÍDUOS.....	11
I. REFORMAS	12
J. LIMPEZA	13
K. VIGILÂNCIA.....	14
L. VEÍCULOS.....	15
M. COMBUSTÍVEL.....	16
N. QUALIDADE DE VIDA	16
O. CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	18
IV. CONCLUSÃO.....	19

I. INTRODUÇÃO:

Trata-se de análise das ações de elaboração do Plano de Logística Sustentável, no âmbito da Justiça Federal de Primeiro Grau, com objetivo de acompanhar e manter o registro das ações de elaboração, execução e acompanhamento do Plano, realizadas em conjunto com o Tribunal Regional Federal 3^a Região, em cumprimento ao artigo 23, § 1º, da Resolução CNJ nº 201/2015.

O PLS-JF3R foi instituído pela **Resolução PRES n° 45 do TRF3, de 09 de setembro de 2016**, objetivando sistematizar as práticas de sustentabilidade, com previsão de metas e planos de ação voltados ao incremento de alguns indicadores (qualidade de vida no ambiente de trabalho e capacitação de servidores em educação socioambiental) e ao consumo e/ou utilização consciente dos seguintes itens: papel; copos descartáveis; água envasada; impressão de documentos e equipamentos instalados; telefonia; energia elétrica; água e esgoto; telefonia; vigilância; limpeza e conservação; combustível; veículos; reformas. Os dados refletem os resultados obtidos no ano de 2016.

Em 15 de março de 2016 foi publicada a **PORTARIA PRES N° 93**. Que constituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental da Justiça Federal da 3^a Região com os seguintes membros:

I - Magistrados:

- a) Desembargador Federal Newton De Lucca;
- b) Juiz Federal Paulo Alberto Sarno;
- c) Juiz Federal Ronaldo José da Silva.

II - Servidores:

- a) Ana Célia Alves de Azevedo Reveilleau, R.F. nº 1.206, do Tribunal Regional Federal da 3^a Região (TRF3);
- b) Aparecida Rangel Ramos, R.F. nº 2.363, da Seção Judiciária de São Paulo (SJSP);
- c) Célia Eliane Zelinka Machado, R.F. nº 1.017, do TRF3;
- d) Patricia Caroline de Oliveira Carota, R.F. nº 3.864, da SJSP;
- e) dirigente da Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica do TRF3;
- f) dirigente do Núcleo de Organização e Métodos da SJSP;
- g) dirigente da Divisão de Compras e Licitações do TRF3;

- h) dirigente da Divisão de Conservação e Serviços Gerais do TRF3;
- i) dirigente da Subsecretaria de Licitações e Finanças da SJSP;
- j) dirigente da Diretoria Administrativa da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul (SJMS);
- k) representante da Diretoria-Geral do TRF3.

É importante salientar que esse acompanhamento ocorre a partir de 2016 e que anteriormente não havia observância do tema. Assim, alguns dados podem apresentar inconsistências pontuais, o que será corrigido a partir de agosto de 2017, quando será feita a primeira revisão anual do PLS-JF3R.

A partir da PLS-JF3R houve a implantação de ações voltadas à conscientização e sensibilização de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados para o uso racional de água, copos descartáveis, energia elétrica, papel e material de expediente entre outros.

II. METODOLOGIA

Houve diversas reuniões da comissão do PLS, no Egrégio TRF3 junto à Seção Socioambiental ligada à Assessoria de Gestão Estratégica - AEGE/TRF3 que estabeleceu a seguinte metodologia:

- Números estabelecidos como linha de base do indicador no PLS-JF3R referente ao ano de 2015 ou média do triênio 2013/2015 e sua comparação com dados informados pelas áreas durante o ano de 2016. - No exame de cada indicador consta breve análise dos resultados e eventuais justificativas para o não alcance das metas no ano de 2016, seguido de comentário sobre eventuais ações propostas pelas áreas responsáveis, seja para o alcance das metas, seja para o incremento dos resultados já favoráveis.

III. ANÁLISE PARCIAL DOS RESULTADOS DOS INDICADORES PREVISTOS NO PLS

A. COPOS DESCARTÁVEIS:

Acompanhamento da geração de resíduos oriundos de copos descartáveis de plásticos ou outros materiais.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Copos de 200 ml (centos)
2015	52.457.000
2016	44.632.500
Meta	-10%
Resultado	-14,92%

Meta ➔ 10%
Resultado ➔ 14,92%

META: Reduzir o consumo de copos

- Ações implementadas:
 - Realizar campanha de substituição do uso de copos descartáveis por copos/canecas duráveis.
 - Intensificar a campanha “adote um copo”.
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - Não se aplica. Metas cumpridas.
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Intensificação de campanhas nesse sentido.
 - Estudo para novas medidas

B. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGENS PLÁSTICAS

Acompanhamento da geração de resíduos oriundos do consumo de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis e retornáveis.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Galão (20l)	Garrafa 510 ml
2015	45.019	13.183
2016	52.691	-
Meta	65000	20.000

Meta - Reduzir em 10% ao ano o fornecimento das garrafas de 510 ml natural e com gás e, consequentemente, aumentar o consumo de água em galão de 20 l.

- Ações implementadas:
 - Utilizar jarras de água em reuniões.
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - O tempo de implantação do PLS, ainda curto, fez com que a ação de conscientização e incentivo junto aos servidores não surtisse o efeito esperado.
 - Os dados de descarte de 2016 somam garrafas de 510 ml e 1,5 l que apresenta o resultado de 29.889, que, no entanto, não serve de base para análise.
 - A Justiça Federal de Primeiro Grau usa garrafas de 510 ml excepcionalmente.
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Intensificação de novas campanhas nesse sentido.
 - Melhorar a divulgação das campanhas
 - Realizar estudo sobre viabilidade econômica e ambiental da instalação de bebedouros de pressão nas áreas comuns.

C. IMPRESSÃO

Acompanhamento para verificar maior eficiência na gestão de impressões (aquisições de equipamentos e suprimentos ou outsourcing), tendo em vista o impacto da implantação dos processos administrativos e judiciais eletrônicos.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Gastos com suprimento (toner)
2015	R\$ 694.380,00
2016	R\$ 642.030,05
Meta	- 5%
Resultado	-7,54%

META: Reduzir em 5% ao ano o gasto com impressões e suprimentos

- Ações implementadas:
 - Incentivar a utilização das impressoras em modo frente e verso, como padrão;
 - Realizar estudo sobre viabilidade econômica;

- Elaborar campanha de conscientização para economia de recursos.
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - Não se aplica. Metas cumpridas.
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Realizar estudo para ampliar contrato de outsourcing, nos moldes do TRF3.

D. PAPEL

(consumo considerado dentro do indicador “impressão de documentos e equipamentos instalados”).

Acompanhamento para verificar o consumo geral de papel em razão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (Lei nº 11.419/2006 e Resolução nº 185/2013) e da implantação do processo administrativo eletrônico.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Nº de resmas
2015	52.457.000
2016	32.714.088
Meta	-10%
Resultado	-37,64 %

A adoção do PJe, meios eletrônicos como SEI e a restrição orçamentária ocorrida em 2016 justifica a queda expressiva de consumo

META: Reduzir 10% ao ano o consumo e o gasto com papel branco

- Ações implementadas:
 - Considerações inseridas no indicador “Impressão”.
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - Não se aplica
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Considerações inseridas no indicador “Impressão”.

E. TELEFONIA

Acompanhamento para verificar o consumo e gasto com serviços de telefonia, tendo em vista outros mecanismos de comunicação com a mesma funcionalidade e menores gastos (VoIP, email, aplicativos gratuitos de comunicação). São considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Telefonia fixa	Telefonia móvel
2015	R\$ 576.364,34	R\$ 423.601,98
2016	R\$ 219.691,27	R\$ 724.313,17
Meta	R\$ 500.000,00	R\$ 869.292,39

META: Diminuir gasto com contratos de telefonias fixa e móvel

Obs.

- No caso de telefonia fixa há R\$ 234.236,98 em restos a pagar, proveniente de não pagamento por pendências contratuais, ainda assim, a meta foi alcançada, pois a somatória daria R\$ 453.928,25.
- No caso de telefonia móvel o aumento projetado deve-se à alteração do contrato firmado em 2016, com vigência até dez/2017, que ampliou o número de linhas telefônicas de 313 para 440, visando atender os Núcleos Administrativos dos Fóruns, bem como, acrescentou o serviço de dados.
- Ações implementadas:
 - Revisar o valor gasto com telefonia (repactuação).
 - Adotar medidas para redução de aparelhos e ramais.
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - Não se aplica
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Estimular a Administração a adotar formas alternativas de comunicação, como correio eletrônico, novel messenger, whatsapp, viber e telegram.
 - Realizar estudo de viabilidade para alterar o modelo de contratação para locação de centrais telefônicas com manutenção, no modelo VoIP.
 - Realizar licitações compartilhadas (em telefonia), abrangendo a 3^a Região.

F. ENERGIA ELÉTRICA

Acompanhamento para verificar o consumo e gasto com energia elétrica, com possibilidade de eventuais ajustes contratuais com a concessionária de energia, visando a maior eficiência do gasto. São considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Energia Elétrica (KWh)	Energia Elétrica (R\$)
2015	15.781.219,0	R\$. 9.108.146,20
2016	13.577.806,3	R\$ 8.094.068,88
Meta	-3%	-3%
Resultado	-13,96%	-11,13%

META: Reduzir o consumo de energia elétrica e seu respectivo gasto

Obs.

- A Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo possui contratos de fornecimento de energia elétrica com tarifa THS Verde.
- Ações implementadas:
 - Identificar / orientar a retirada de lâmpadas de hall e corredores, desde que sem prejuízo da luminosidade.
 - Intensificar orientação no sentido de desligar luzes das salas desocupadas.
 - Orientar os vigilantes do turno noturno a desligarem equipamentos eletrônicos e lâmpadas que eventualmente ficarem ligados.
 - Intensificar campanhas para redução do consumo de energia.
 - Garantir a continuidade do lançamento e monitoramento diários do consumo de energia (leitura e registro de gasto de kwh).
 - Intensificar as campanhas de conscientização para redução do uso dos elevadores com slogans como “use a escada para subir um andar ou descer dois”; “economia de ar condicionado: mantenha as janelas fechadas”; “desligue equipamentos e computadores sem uso”; “apague luzes em locais vazios”.
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - Não se aplica

- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Realizar estudo para determinação dos locais onde podem ser colocados sensores de presença nos prédios.
 - Realizar estudo para aferir benefícios no desligamento dos bebedouros no final do expediente.

G. ÁGUA E ESGOTO

Acompanhamento para verificar o monitoramento do consumo e gasto com água para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade. São considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Água e Esgoto (m ³)	Água e Esgoto (R\$)
2015	83.088	R\$ 1.797.064,30
2016	75.845	R\$ 2.004.301,79
Meta	-3%	-3%
Resultado	-8,72%	11,53%

META: Reduzir em 3%, até dezembro de 2016, o consumo e o gasto com água

- Ações implementadas:
 - Intensificar as orientações aos funcionários terceirizados, em especial a equipe de limpeza, sobre a necessidade de economizar água.
 - Garantir a observância do nível dos reservatórios durante a limpeza, a fim de evitar desperdício.
 - Realizar levantamento da existência nas Subseções de controladores de vazão nas torneiras econômicas cuja pressão seja demasiadamente alta.
 - Providenciar a instalação de controladores de vazão nas torneiras econômicas cuja pressão seja demasiadamente alta.
 - Realizar levantamento sobre o tempo de abertura das torneiras econômicas (tempo ideal: em torno de 3 segundos).
 - Realizar levantamento, a fim de verificar se o registro gaveta dos banheiros está possibilitando somente a passagem mínima de água, necessária ao funcionamento das torneiras e válvulas de descarga.

- E outras medidas para diminuição de consumo
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - No ano de 2016 houve sobretaxa para consumo em virtude do racionamento. Isso fica evidente tendo em vista que por m³ houve redução de consumo no valor de 8,72%
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Garantir a continuidade do lançamento e monitoramento diários do consumo de água (leitura e registro de gasto de m³)
 - Intensificar a disseminação de práticas sustentáveis de economia de água
 - Realizar estudo para novas medidas

H. GESTÃO DE RESÍDUOS

Acompanhamento para verificar a geração de resíduos e sua destinação pelos órgãos em observância à legislação e às normas pertinentes, como a Lei nº 12.305/2012, Decreto Federal nº 5.940/2006, Decreto Federal nº 7.404/2010, ABNT, NBR 10.004/2004, Resolução ANVISA nº 358/2005, entre outras.

O objetivo deste indicador é estimular a redução da geração de resíduos e aumentar sua destinação ambientalmente correta.

A coleta seletiva é uma realidade já está estabelecida na JFPG-SP, desde 2015, no entanto, não havia uma medição sistemática dos resíduos gerados. Em 2016 com o desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do PLS começou-se a mensurar os resíduos. Não havendo linha de base, demonstraremos apenas as quantidades dos resíduos destinados à cooperativa de catadores no ano de 2016, que passará a servir de linha de base. No entanto, esse tema ainda carece de mais atenção e trabalho específico.

Resultados e análise de desempenho

INDICADOR	2015	2016
9.1 DPA – Destinação de papel	52.729,3 Kg	32.429,00 kg
9.10 DLP – Destinação de lâmpadas	6.073 unid.	14.950 unid.
9.7. DRI – Destinação de resíduos de informática	-	3.759,55 kg

META: Aumentar a destinação de resíduos recicláveis para a cooperativa

- Ações implementadas:

- Orientação para o correto descarte dos resíduos, com disponibilização de lixeiras com sacos de cores distintas.
- Treinamento aos colaboradores da equipe de limpeza, para a adequada coleta e destinação dos resíduos.
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - O tempo de implantação do PLS, ainda curto, fez com que a ação de conscientização e incentivo junto aos servidores não surtisse o efeito esperado.
 - Não foi desenvolvido trabalho específico mais aprofundado para descarte
 - Com exceção de papel e lâmpadas, os demais resíduos não possuem destinação/mensuração em separado.
 - Para Informática, apenas em 2016, foi assinado acordo com cooperativa para descarte.
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Manutenção das ações e implementação de treinamento periódico junto aos colaboradores envolvidos na atividade.
 - O processo SEI nº 0018705-24.2016.4.03.8000, propõe que seja firmado Acordo de Cooperação para a destinação dos resíduos descartados produzidos pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Encontra-se em fase de elaboração o Edital de Chamamento Público.
 - Estabelecer rotinas para pesagem/ mensuração dos resíduos destinados à reciclagem, antes e depois de deixarem a JFPG-SP.

I. REFORMAS

Acompanhamento para verificar os gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e priorização do atendimento à Resolução CNJ nº 114/2010. São consideradas neste tema as obras de pequeno porte, ou seja, reformas e alterações de layout (mobiliários e divisórias). Não serão considerados os gastos com construção de novos edifícios.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Reformas / Layout (R\$)
2015	R\$ 6.690.739,99
2016	R\$ 9.172.875,66
Resultado	37,10%

META: Reduzir valores gastos nas reformas das unidades

- Ações implementadas:
 - Conscientizar os usuários sobre o impacto financeiro das solicitações de alteração de layout, orientando-os a justificar os chamados, ponderando a necessidade/utilidade;
 - Apresentar alternativas às solicitações dos usuários a fim de baixar os custos da execução.
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - Não houve redução, pois o PPA, que compreende o período de 2016 a 2019, já engloba modernizações nas instalações, inclusive quanto à acessibilidade, o que representa necessidade de investimento. Deste modo, a partir do próximo PPA poderá ser definida meta de redução.
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Implementação de diretrizes para priorização de alteração de layout;
 - Evitar alterações desnecessárias e repetitivas de layout.

J. LIMPEZA

Acompanhamento para verificar o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de limpeza para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes de gestão, conforme instruções normativas sobre o tema.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Limpeza (R\$)
2015	R\$ 19.863.364,92
2016	R\$ 16.713.358,24
Meta	- 19,00%
Resultado	- 15,86%

META: Diminuir gasto médio dos contratos de limpeza e conservação em 19%.

- Ações implementadas:
 - Redução do quadro de pessoal terceirizado de limpeza

- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - Valores do exercício de 2015 e do exercício de 2016 são provenientes de contratos distintos, inclusive com formas de contratação distintas e, mesmo não atingindo a meta, a redução foi expressiva, próximo a 16%.
 - No contrato vigente já se contemplou método de mensuração da produtividade por posto de trabalho, com a internalização da IN nº 02/2008 – SL TI/MPOG e a redução no contrato foi maior que a in preconiza, no entanto, o não atingimento da meta pode ser explicado por ter ocorrido a redução somente a partir de julho quando entrou em vigência o novo contrato.
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Manutenção e aprimoramento da fiscalização.
 - Estudo de novos caminhos para redução de custo com limpeza.
 - Estudo para adoção do método de mensuração da produtividade por posto de trabalho, com a internalização da IN nº 02/2008 – SL TI/MPOG

K. VIGILÂNCIA

Acompanhamento para verificar os gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade por área, tipo de postos (modelos, horários, armada e desarmada) e uso de tecnologias de apoio (vigilância eletrônica), sem comprometimento dos padrões de segurança.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Vigilância (R\$)	Postos
2015	R\$ 37.000.665,23	507
2016	R\$ 28.435.966,16	334
Meta	R\$ 31.257.575,02	-

META: Reduzir o custo dos postos contratados

- Ações implementadas:
 - Redução do quadro de pessoal terceirizado no que couber.

- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - Não se aplica.
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Não há ação prevista
 - No ano de 2016 ocorreram cortes orçamentários, com a supressão de serviços necessários, motivo pelo qual não foi possível fazer projeção de redução para o período de 2017 a 2020, o que será reavaliado oportunamente.

L. VEÍCULOS

Acompanhamento para verificar a gestão da mobilidade no órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Qtde. de veículos	Gasto médio com manutenção
2015	180	R\$ 74.910,15
2016	121	R\$ 62.342,98

META 1: Diminuir quantidade de veículos institucionais

META 2: Diminuir o gasto com manutenção dos veículos institucionais

Obs.

- A definição quanto à possibilidade de redução de veículos depende da consecução da ação proposta no Plano de Ação deste indicador e não foi estipulada meta de gasto com manutenção, tendo em vista as inúmeras variáveis que interferem nos valores gastos com manutenção, como por exemplo, a depreciação da frota.
- A redução ocorreu em virtude do contingenciamento orçamentário.
- Ações implementadas:
 - Não houve.
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - Não se aplica.
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:

- Estudo para pleitear isenção do rodízio municipal de veículos junto à Prefeitura do Município de São Paulo, para toda a frota, visando a redução de 4 (quatro) veículos no Plano Anual de Aquisição.

M. COMBUSTÍVEL

Acompanhamento para verificar o consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Gasto com combustível (R\$)	Quilometragem total da frota
2015	R\$ 142.764,69	474.704
2016	R\$ 131.995,00	291.235

META: Diminuir valor gasto com combustível e quilometragem rodada.

- Ações implementadas:

Minutar normatização sobre saídas planejadas conjuntamente entre o TRF3 e a SJSP, a fim de otimizar recursos.

- Justificativa para não cumprimento de metas:

- Não se aplica.

- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:

- Incentivo a redução de consumo de combustível, com estudos de viabilidade para tanto.

N. QUALIDADE DE VIDA

Acompanhamento para verificar o monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias, e da quantidade de ações de inclusão, de forma a estimulá-las para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

Resultados e análise de desempenho

Ano	Qualidade de vida (número de participantes)
2015	50
2016	1038
Meta	5%
Resultado	2076%

META: Aumentar anualmente, em 5%, o número de servidores participantes em ações de qualidade de vida no trabalho, em ações solidárias e de inclusão social.

Obs.

- Para a linha de base 2015 foram consideradas apenas as atividades em que houve registro formal de participação. Daí a diferença entre os resultados de 2015 e 2016. Os servidores que participaram de mais de uma atividade foram computados apenas uma vez. Nas demais atividades desenvolvidas no ano base 2015, não foi quantificado o número de participantes, mas sim, o total de ações desenvolvidas. Porém, estas ações não compõem o quantitativo da linha base/2015.
O aumento expressivo foi decorrente principalmente do registro das participações no programa de gerenciamento em saúde dos beneficiários titulares, realizado em conjunto com as empresas prestadoras de serviço de plano de saúde (AMIL /UNIMED).
- Ações implementadas:
 - Sistematizar periodicamente as informações relativas à incidência de patologias.
 - Realizar, junto às empresas prestadoras de serviço de plano de saúde contratadas, programa de gerenciamento da saúde dos beneficiários titulares (bianual).
 - Promover sensibilização para participação dos servidores em ações solidárias.
 - Promover a divulgação da "Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência", desenvolvido pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
 - Incentivar a mobilidade urbana sustentável.
 - Implementar campanha de descarte adequado de medicamentos.
 - Divulgar eventos na cidade ou estado de São Paulo que contribuam para a adoção de comportamentos que tragam melhoria na qualidade de vida e saúde.
 - Criar um “Arquivo Virtual” com materiais referentes à qualidade de vida no trabalho, saúde e sustentabilidade.
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - Não se aplica
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Manutenção das ações implementadas

- Incentivo a participação nas campanhas de qualidade de vida
- Incrementar a divulgação das campanhas

O. CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Acompanhamento para verificar a participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionada ao tema sustentabilidade, de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas.

Essa capacitação foi, majoritariamente, conduzida pelo TRF3

Resultados e análise de desempenho

Ano	Ações de Capacitação
2015	2
2016	6
Meta	5

- Ações implementadas

➤ Em conjunto com o TRF3 houve as seguintes ações:

- Apoio à realização da Semana do Meio Ambiente que teve as seguintes palestras: "De Drones a Brinquedos - Faça você mesmo"; "Reciclagem de Eletrônicos"; "The True Cost"; Campanha simultânea de coleta do lixo eletrônico;
- Participação no III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável no Poder Judiciário;
- Promoção do curso EAD: "Carta da Terra: a nossa Casa Comum";
- Apoio à realização da Virada Sustentável que teve as seguintes palestras, "Consumo consciente na Administração Pública", Roda de Conversa / Debate: "A Justiça, o Estado e a Sustentabilidade", Roda de Conversa / Debate: "A contribuição da TI Verde para uma vida mais sustentável", Roda de Conversa: "Da teoria à prática da compostagem", Oficina Prática para Construção de Minhoca para Compostagem;
- Workshop Adoção de Boas Práticas Sustentáveis

➤ Ações realizadas pela Seção Judiciária:

- Monitorar oficina de sensibilização para reutilização de materiais e reciclagem na Virada Sustentável (construção de minhocário).
- Realizar palestras sobre consumo consciente e qualidade de vida na Convenção do Dia do Servidor Público.
- Justificativa para não cumprimento de metas:
 - Não se aplica.
- Novas ações ou ações corretivas a serem implementadas:
 - Realizar campanha de redução de consumo de insumos naturais (água, energia) e materiais de consumo.
 - Realizar minicurso EAD de sensibilização para as práticas sustentáveis (coleta seletiva nos fóruns)
 - Realizar curso EAD de Gestão Socioambiental
 - Elaborar curso EAD de curta duração com temas comemorativos e outros específicos.
 - Elaborar e divulgar mensagens de sensibilização referentes a datas comemorativas.
 - Realizar workshops temáticos.

IV. CONCLUSÃO

Com base no relatório de verificação, nas evidências que nos foram apresentadas e de acordo com o escopo de trabalho definido, houve resultados positivos quanto às ações de sustentabilidade empreendidas, tendo em vista que, dos itens apurados referentes aos indicadores previstos no PLS (19 itens), 13 itens atingiram a meta, o que corresponde a mais de 68%, e em todos os itens houve avanço na conscientização ambiental.

Também em 2016 foi elaborado e instituído pelo TRF3 o Manual de Licitações Sustentáveis da Justiça Federal da Região, previsto no PLS-JF3R, instrumento que visa à instituição de um novo paradigma de compras e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Assim, os dados apresentados demonstram que há um longo caminho a percorrer para uma estabilidade no consumo e gasto dos indicadores do PLS, mas com o empenho de

todas as áreas, as dificuldades e os entraves poderão ser vencidos e superados, com alcance do equilíbrio financeiro, ambiental e social.